



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH

ATA DA 309ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

1 Nos dias vinte e nove e trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, no Edifício Parque Cidade
2 Corporate, foi realizada a 309ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança
3 e do Adolescente - CONANDA. No dia 29/11/2022 estiveram presentes na reunião os seguintes
4 membros: Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAES –
5 FENAPAES; Andrey Felype N. da Silva, Representante da CPA-DF; Daniele Sousa Alcântara,
6 Representante do Ministério da Justiça; Dayse Cesar Franco Bernardi, Representante da NECA;
7 Débora de Carvalho Vigevani, Representante da Associação Fazendo História; Denis dos Santos
8 Freitas, Representante da Secretaria do Trabalho, MTP; Diego Bezerra Alves, Representante da
9 Rede Cidadã; Diogo Laux, Representante dos Escoteiros do Brasil; Eduarda Nayara Lemes de
10 Andrade, Representante da CPA-SP; Edvaldo Ferreira de Lima, Representante da UNBEC;
11 Elizabeth Paola S. Callisaya, Representante da CPA-SP; Evelinny Gonçalves Pereira, Representante
12 da Secretaria da Previdência – MTP; Fernanda Santos Bordalo, Representante do Ministério da
13 Saúde; Flavio Henrique Silva Santos, Representante da CPA-AL; Gláucia Tamayo Hassler,
14 Representante da Secretaria Nacional da Família - SNF/MMFDH; Glicia Thais Salmeron de
15 Miranda, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Isabela
16 Apda Araújo Schirrmann, Representante da CPA-SP; Magali Régis Franz, Representante do
17 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Marcus Vinicius Barbosa Peixinho, Representante do
18 Ministério da Saúde; Maria Leonina Couto Cunha, Representante da Secretaria Nacional dos
19 Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA); Maria Ribeiro da Conceição, Representante da
20 ANCED; Marta Volpi, Representante da Fundação ABRINQ; Raquel Tavares Vieira Jhon,
21 Representante do Ministério da Educação; Sidnéia Bueno Marianno, Representante da Associação
22 Nacional Criança Não é de Rua; Txai S. R. Scarponi Cruz, Representante da CPA-DF; Valéria
23 Cristina Passos Valentim, Representante do Ministério da Economia. No dia 30/11/2022 estiveram
24 presentes na reunião os seguintes membros: Adinilson Marins dos Santos, Representante da
25 Federação Nacional das APAES – FENAPAES; Andrey Felype N. da Silva, Representante da CPA-
26 DF; Dayse Cesar Franco Bernardi, Representante da NECA; Débora de Carvalho Vigevani,
27 Representante da Associação Fazendo História; Denis dos Santos Freitas, Representante da

28 Secretaria do Trabalho, MTP; Diego Bezerra Alves, Representante da Rede Cidadã; Eduarda
29 Nayara Lemes de Andrade, Representante da CPA/SP; Edvaldo Ferreira de Lima, Representante da
30 UNBEC; Elizabeth Paola S. Callisaya, Representante da CPA/SP; Evelinny Gonçalves Pereira,
31 Representante da Secretaria da Previdência – MTP; Fernanda Santos Bordalo, Representante do
32 Ministério da Saúde; Flavio Henrique Silva Santos, Representante da CPA/AL; Gláucia Tamayo
33 Hassler, Representante da Secretaria Nacional da Família - SNF/MMFDH; Glicia Thais Salmeron
34 de Miranda, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Isabela
35 Apda Araújo Schirrmann, Representante da CPA/SP; Magali Régis Franz, Representante do
36 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS Social – CFESS; Marcus Vinicius Barbosa Peixinho,
37 Representante do Ministério da Saúde; Maria Leonina Couto Cunha, Representante da Secretaria
38 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA); Maria Ribeiro da Conceição,
39 Representante da ANCED; Marta Volpi, Representante da Fundação ABRINQ; Sidnéia Bueno
40 Marianno, Representante da Associação Nacional Criança Não é de Rua; Txai S. R. Scarponi Cruz,
41 Representante da CPA-DF.

42

43 **Abertura da Reunião.** O Sr. Diego Bezerra Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em
44 seguida, o Sr. Diego Bezerra Alves apresentou e contextualizou a seguinte pauta – Dia 29/11/2022:
45 1. Abertura da 309ª Assembleia do Conanda; 2. Aprovação da Ata da 308ª Assembleia Ordinária; 3.
46 Informes da Secretaria Executiva do Conanda; 4. Relato – Comissão de Orçamento e Finanças –
47 COF; 4.1. Plano Aplicação 2022; 5. Relato da Comissão Organizadora da 12ª CNDCA; 5.1.
48 *Conferências estaduais com datas confirmadas*; 5.2. *Encaminhamentos da última reunião*; 5.3.
49 *Edital local para a realização da 12ª CNDCA*; 5.4. *Pedidos de prorrogação para realização de*
50 *Conferências Municipais*; 5.5. *Reunião com representantes dos Conselhos estaduais*; 6. Intervalo
51 Almoço; 7. Relato Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP; 7.1. *Projeto de*
52 *Lei nº 1265/2011, de autoria do deputado Alessandro Molon (“Dispõe sobre o Estatuto da Criança*
53 *e do Adolescente”, acrescentando parágrafos para definir quantidade e distribuição dos Conselhos*
54 *Tutelares)*; 7.2. *Apresentação do Movimento Nacional dos Direitos Humanos*; 7.3. *Minuta de*
55 *Recomendação CNDH*; 7.4. *Ofício MNDH (Instauração de Investigação pelo Comitê sobre*
56 *Direitos das Crianças no Brasil)*; 7.5. *Solicitação do CNMP, para Proposta de Revisão da*
57 *Resolução do Conanda nº 170*; 7.6. *Projeto de Lei nº 6461*; 7.7. *Nota de Repúdio*; 8. Relato da
58 Comissão de Mobilização e Formação – CMF; 8.1. *Informes Encontro Nacional do CPA*; 8.2.

59 *Informes Processo de escolha para o CPA*; 9. Informe do Ministério da Saúde; 10.
60 Encaminhamentos; 11. Encerramento. Dia 30/11/2022: 1. Abertura da 309ª Assembleia do
61 Conanda; 2. Apresentação da Parceria Público Privado Socioeducativo; 3. Relatório de Vistas
62 (Relatório da Resolução SINASE (arts. 12, 18,40 e 49); 4. Intervalo Almoço. 5. Comissão de
63 Políticas Públicas – CPP; 5.1. *Minuta da Resolução sobre a Migração*; 6. Encaminhamentos; 7.
64 Encerramento. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que na pauta será apresentado quanto a
65 Resolução de Central de Vagas, que foi publicada no dia anterior junto aos informes da Secretaria.
66 Sugeriu na pauta, entre os pontos da CMF e CDHAP apreciar uma manifestação sobre o PL nº 6461
67 sobre aprendizagem, o que não foi deliberado ainda e comunicou que a Sra. Maria Leonina Couto
68 Cunha quer propor uma nota sobre uma empresa de moda. Finalizou apresentando a proposta de
69 pauta do dia. O Sr. Diego Bezerra Alves ressaltou que a participação híbrida de convidados deverá
70 ser regulamentada em assembleia em momento oportuno. Solicitou a inclusão do informe do
71 Ministério da saúde e colocou em regime de votação a pauta. **Encaminhamento:** A pauta foi
72 aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi discorrido sobre a Aprovação da Ata da 308ª
73 Assembleia Ordinária. Foi sugerido pela Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda na linha 113, onde
74 consta a palavra embate trocar pela palavra empate. **Encaminhamento:** Iniciada a votação da ata, a
75 ata foi aprovada por maioria, com uma abstenção da Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda. Ato
76 seguinte, foi iniciado os Informes da Secretaria Executiva do Conanda, abordando inicialmente
77 sobre a nota explicativa da Resolução da Central de Vagas. O Sr. Diego Bezerra Alves
78 complementou que a Resolução foi publicada desde ontem, compartilhada com os gestores
79 estaduais no intuito de que os estados comecem a implementar a central de vagas para evitar
80 superlotação em momento oportuno em que está havendo fiscalização. O Sr. Lucas Batista de
81 Carvalho Pinheiro cientificou que foi enviado ofício ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança
82 e do Adolescente (CEDCA) do Paraná em resposta ao ofício do CEDCA que solicitou orientação do
83 conselho. Foi realizada a seleção na plataforma virtual, o comunicado para prorrogar o caso e enviar
84 os vídeos até 15/11. Adicionou que foi realizada a avaliação. Fizeram os convites para a reunião da
85 CMF, foi enviado para o CEDCA de Pernambuco e CEDCA do Rio de Janeiro. Sobre o ofício nº
86 1.012 de 08 de novembro, a Secretaria Nacional da Família solicitou a substituição da representante
87 titular, suplentes para compor o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
88 Notificou que a Sra. Vanessa de Barros Ferreira Ribeiro é a titular e a suplente é a Sra. Gláucia
89 Tamayo Hassler. Quanto a nota explicativa, declarou que o conselho aprovou a resolução e como é

90 regimental, a resolução aprovada foi encaminhada a Consultoria Jurídica do Ministério (ConJur),
91 vinculada a AGU. Acrescentou que a ConJur apontou a necessidade em relação ao artigo 5º da
92 Resolução aprovada nº 230, que impunha aos Estados e municípios, abordar sobre dotação
93 orçamentária. Informou que conversaram com a ConJur, explicando o que seria a resolução, que
94 não criaria nenhuma despesa para o estado, sendo orientativa. Esclareceu que a nota foi elaborada
95 para explicar essa questão. Em seguida, a nota explicativa da Resolução nº 230 de 24 de novembro
96 de 2022 foi lida. O Sr. Diego Bezerra Alves agradeceu, ressaltou a importância da nota, explicou
97 que é mantido o conteúdo da resolução e colocou a nota em regime de votação. A Sra. Glicia Thais
98 Salmeron de Miranda agradeceu pois, devido a nota explicativa que houve uma reconsideração da
99 decisão da ConJur, cuja interpretação violava o poder de deliberação do Conanda quanto a nota,
100 sendo uma discussão intensa e o encaminhamento ao Secretário-Executivo esclareceu a finalidade e
101 o papel do Conanda relativo à resolução. Salientou que a lei prevê a obrigatoriedade dos Estados de
102 garantir que os adolescentes que estão em regime de internação tenham recursos necessários para
103 que a família possa visitá-los, não se esgotando no Conanda essa discussão. Citou a lei do SINASE
104 e Planos Nacional e Estaduais. Arrazoou que o Conanda na próxima gestão deve passar para uma
105 nova etapa, realizar o monitoramento para a implantação de medidas socioeducativas, visitar os
106 planos e o planejamento das gestões anteriores para dar continuidade, além de compreender a
107 necessidade de implementar de forma permanente e com maior potencialidade a política de
108 atendimento a adolescente na socio educação nos conselhos estaduais e nos conselhos municipais.

109 **Encaminhamento:** Colocado em regime de votação, a nota explicativa foi aprovada por
110 unanimidade. Ato contínuo, foi iniciado o Relato da Comissão de Orçamento e Finanças – COF
111 pela Sra. Evelinny Gonçalves Pereira. A Sra. Evelinny Gonçalves Pereira declarou que a reunião foi
112 em 09 de novembro. Informou os participantes da reunião e que a pauta foi o Plano de Aplicação de
113 2022. Foi proposta a inclusão da equipe de transição do governo para que saibam das pautas
114 relevantes do Conanda, entre elas a manutenção do CPA e a Conferência Nacional. Declarou que
115 foi discutido o contingenciamento de recurso do FNDCA e a possibilidade de negociar para o
116 próximo ano a melhor utilização dos recursos do Fundo, com a possibilidade de excepcionalizar o
117 Teto de Gastos. Foi esclarecido quanto ao empenho do MMFDH a empenhar valores disponíveis do
118 Fundo e discutido término de mandato de conselheiros. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro
119 clarificou que 81% do recurso do Fundo está empenhado, o que equivale a oito milhões. Arrazoou
120 que ano passado tinha 04 milhões e que houve dificuldade de empenhar até dezembro e empenhou o

121 dobro até novembro desse ano. Cientificou que R\$ 1.900.000,00 não foram empenhados por causa
122 do prazo, relacionados a licitação, sendo R\$ 1.000.000,00 referente a locação do espaço para a
123 conferência, R\$ 600.000,00 sobre o kit de higiene e saúde para internos do Sistema Socioeducativo
124 e R\$300.000,00 para a aquisição de 47 computadores (*notebooks*) para o Comitê de Participação
125 dos Adolescentes – CPA. Sugeriu para a próxima gestão, que o Conselho encaminhe para a equipe
126 de transição que na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Secretaria
127 Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa possui uma equipe de licitação da
128 Secretaria, sendo importante para a execução do Fundo. Além disso, foi informado pelo Secretário-
129 Executivo Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro que as impressões do ECA e da cartilha
130 norteadora seriam executadas pelo MMFDH e o recurso do Fund seria repassado ao Ministério,
131 Informou que teria a possibilidade do Ministério executar sem precisar do Fundo e sobraria um
132 valor de R\$ 376.000 e sugeriu que esse recurso fosse para o PRODOC do CPA. O Sr. Diego
133 Bezerra Alves registrou a presença da Sra. Elisa e a Sra. Daniele, representantes do Coletivo Mães
134 na Luta e que abordam sobre a alienação parental, assunto relevante para o conselho e agradeceu a
135 presença. A adolescente Isabela Araújo Schirrmann questionou quanto a aquisição de
136 computadores, se na próxima gestão continuarão tentando a aquisição dos computadores para a
137 participação híbrida dos adolescentes. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro respondeu que o
138 Plano de Aplicação é anual, portanto, a próxima gestão deve discorrer sobre o assunto e não impede
139 dessa gestão realizar o indicativo. Acrescentou que a questão dos celulares também é relacionada a
140 licitação, é mais fácil e estão na luta para que 15 de dezembro consiga empenhar. A Sra. Débora de
141 Carvalho Vigevani questionou se a impossibilidade de finalizar a licitação de locação do espaço da
142 conferência irá impedir a reserva realizada e solicitou maiores esclarecimentos quanto aos recursos
143 das ações de convivência familiar e comunitária. A Sra. Maria Ribeiro da Conceição se mostrou
144 indignada por não haver espaço para a conferência por causa da licitação e sugeriu discutir e
145 deliberar na assembleia sobre a implantação da carta convite para assegurar o local da conferência,
146 visto que o procedimento foi realizado em gestões anteriores. O Sr. Lucas Batista de Carvalho
147 Pinheiro declarou que não se sente feliz quanto a questão da conferência, pois se esforçaram para
148 realizar o planejamento estratégico, mapa de risco, relatório e termo de referência. Solicitaram a
149 dispensa de licitação, mas a administração, responsável pela modalidade de licitação não acatou a
150 decisão. Assegurou que os dois únicos lugares de Brasília adequados para a realização da
151 Conferência estão agendados no período (o Centro de Convenções Ulysses Guimarães e o Centro

152 Internacional de Convenções do Brasil). A Sra. Débora de Carvalho Vigevani questionou o prazo
153 das reservas. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro respondeu que a reserva se estenderá até
154 fevereiro. Esclareceu que foi informado que o único espaço ideal para o evento em Brasília é o
155 Centro Internacional de Convenções do Brasil. **Encaminhamento:** Verificar até fevereiro a locação
156 do espaço da Conferência com a nova gestão do Conanda que assume em 1º de janeiro. A Sra.
157 Dayse Cesar Franco Bernardi salientou que deve ser pautado sobre os itens referentes ao CPA, pois
158 o fato de não finalizar a licitação, pode prejudicar o CPA. Ressaltou a dificuldade de participação
159 do CPA por falta de acesso a internet, instabilidade dos computadores, falta de aparelhos celulares,
160 sendo necessário elaborar uma nota pública. O Sr. Diego Bezerra Alves sugeriu realizar uma
161 proposta de encaminhamento. A Sra. Magali Régis Franz propôs verificar as ações prioritárias que
162 atingem diretamente os adolescentes, como os computadores e o kit de higiene. Considerou
163 desumano finalizar o ano sem o kit de higiene e repudiou a inoperância por parte do Ministério, em
164 fazer com que o processo licitatório aconteça, o que impacta na vida dos adolescentes. A Sra. Glicia
165 Thais Salmeron de Miranda complementou que existe na administração pública os princípios que
166 fazem com que existam prioridades, mas que não houve vontade política para a participação dos
167 adolescentes. Arrazou que se espera que a próxima gestão resolva essa questão com celeridade,
168 que deve ser observado que a sociedade civil se posicionou com todas as tentativas possíveis
169 através da comissão de mobilização e informação. Adicionou que não houve vontade política,
170 portanto, não houve solução burocrática e administrativa, o que inviabiliza e atrapalha o processo na
171 comissão de conferência. Argumentou que a COVID-19 está retornando e os kits de higiene são
172 necessários e que espera que o processo seja adiantado de alguma maneira como a garantia do
173 recurso. Foi informado que foi empenhado os recursos da convivência familiar e comunitária, que
174 existem três projetos em avaliação: a ampliação do PPCAM em Santa Catarina, no Goiás e no Mato
175 Grosso, sendo necessário estar presente em todos os estados para fazer a proteção da vida de todas
176 as crianças e adolescentes. Foi informado que a Coordenação-Geral de Defesa está à disposição. O
177 Sr. Diego Bezerra Alves concordou com as opiniões apresentadas, declarou que observou os
178 esforços da Secretaria Executiva em realizar as licitações, mas, esbarraram em instâncias
179 superiores, o que considerou lamentável. Concordou com a destinação de recursos para o PPCAM e
180 lamentou quanto ao resultado do kit de higiene e dos computadores, sendo um indicativo de
181 discussão para a próxima gestão. O adolescente Txai S. R. Scarponi Cruz declarou que se sentiu
182 contemplado com alguns comentários e solicitou a explicação quanto ao prazo de 60 dias referente

183 aos equipamentos. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi informou que está elaborando uma nota
184 defendendo a participação do CPA, no sentido de que o direito de participação é um dos direitos
185 fundamentais de crianças e adolescentes. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno concordou com a nota e
186 pontuou que deve ser discutido a violência contra a criança e ao adolescente no PPCAM. O Sr.
187 Flavio Henrique Silva Santos pontuou que a questão referente aos celulares não veio com a
188 pandemia, que garante a participação de muitos povos tradicionais, que existe desigualdade de
189 renda e que o não cumprimento da medida afeta o CPA. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno concordou
190 e informou que contratou uma empresa para realizar a avaliação do programa que trará políticas
191 preventivas e estratégias e que organizará com a secretaria para a apresentação. Ressaltou que
192 trabalham com vidas e que garantem a proteção integral dos protegidos para viver fora do local de
193 ameaça. O Sr. Diego Bezerra Alves notificou que a apresentação será em 14 e 15 de fevereiro. O Sr.
194 Lucas Batista de Carvalho Pinheiro informou que o processo continua e que a próxima gestão pode
195 verificar em dois meses, mas não possui data para empenhar pois irá até 03 de dezembro. Fizeram o
196 estudo preliminar e que o período na secretaria nacional foi prorrogado por um mês. Salientou que
197 enquanto Secretaria Executiva auxiliou bastante no CPA. Foi informado pelo Sr. Diogo Laux que
198 no relatório da COF é destacado para a gestão de 2023 a Conferência Nacional e a Manutenção do
199 CPA. Concordou que sente falta de profissional de comunicação e execução orçamentária no
200 Conanda e a vontade política. O Sr. Diego Bezerra Alves reforçou a necessidade de uma equipe
201 maior. **Encaminhamento:** apoiar o repasse dos recursos não destinados esse ano (R\$ 1.900.000,00)
202 para o PPCAM. Apoiar encaminhar para o o PRODOC do CPA os R\$ 376.000,00 destacados para
203 impressão caso o Ministério faça a impressão com recurso próprio. Foi questionado como ficará o
204 processo dos notebooks e kits sem o recurso destinado. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro
205 respondeu que o recurso é anual e não pode ser inserido em restos a pagar, que o processo
206 administrativo continua. Acrescentou que precisa de 30 dias para a análise da ConJur e outros 30
207 dias para a licitação, modalidade pregão. Foi questionado onde foi empenhado os recursos do
208 PPCAM para Convivência Familiar e Comunitária. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro
209 respondeu que foi no PNUD nº 18, Plano de Aplicação e não tinha um portfólio para esse projeto,
210 sendo necessário abrir um recurso apenas para isso. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda
211 questionou se pode ser feita a aquisição através de recursos do PRODOC. O Sr. Diego Bezerra
212 Alves reforçou que o processo continuará e a próxima gestão verificará a situação. Colocado em
213 regime de votação o relatório da COF e o encaminhamento, foi aprovado por unanimidade. A Sra.

214 Glicia Thais Salmeron de Miranda concordou desde que as pendências sejam solucionadas até
215 dezembro de outra forma de recurso. Ato contínuo, foi iniciado a apresentação do Relato da
216 Comissão Organizadora da 12ª CNDCA pela Sra. Maria Ribeiro da Conceição. O Sr. Diego Bezerra
217 Alves salientou a reunião com os conselhos estaduais. Depois, a Sra. Maria Ribeiro da Conceição
218 iniciou o relato informando que a reunião foi realizada em 07 de novembro, os participantes, como
219 pautas as datas das conferências estaduais, local para a realização da conferência, pedidos de
220 prorrogação para conferências municipais e a pauta da reunião com os conselhos estaduais.
221 Acrescentou que foi fornecido um quadro em que naquele momento oito estados informaram as
222 datas das conferências. Destacou a conferência da Bahia marcada para setembro e existe o
223 calendário do Conanda para a realização das conferências até agosto e foi proposto contatar o
224 estado para verificar os motivos da conferência ocorrer em setembro. Foi discutido os pedidos de
225 prorrogação para realização de conferências municipais e que existe o prazo até 31 de dezembro de
226 2022 para debater o assunto. Acrescentou que dia 11 foi realizada uma reunião com os conselhos
227 estaduais com um número significativo de conselheiros em que foi assegurado o local da
228 conferência nacional e a organização, o que foi verificado que não ocorrerá como o previsto.
229 Relatou que ouviram sobre as organizações das conferências em cada estado e que discutiram sobre
230 a prorrogação pois nesse ano houve muitas atividades. **Encaminhamentos:** oficiar o estado da
231 Bahia para verificar a justificativa quanto a realização da conferência em setembro e a prorrogação
232 das conferências municipais. Foi ressaltado que houve muitos relatos na reunião e quanto a
233 prorrogação do prazo, foi sugerido as estaduais prorrogarem o prazo das municipais até março de
234 2023, mas existe discordância na comissão quanto a prorrogação do prazo das estaduais, sendo ideal
235 manter o prazo até agosto para apurar os dados para a Conferência Nacional, mas se o Estado
236 entender que é possível apurar os dados até agosto, teriam liberdade de prorrogar o prazo. O
237 adolescente Andrey Felype N. da Silva salientou a importância de o CPA participar da conferência
238 nacional, pois a maioria não participou, sendo uma grande oportunidade prestigiar a Conferência.
239 Reforçou a importância da participação dos adolescentes na comissão organizadora da Conferência.
240 O Sr. Diego Bezerra Alves parabenizou o adolescente. Andrey Felype N. da Silva e o adolescente.
241 Txai S. R. Scarponi Cruz pela participação na comissão organizadora da conferência do Distrito
242 Federal com debate com outros adolescentes, concordou com a prorrogação das conferências
243 municipais até abril de 2023 e as estaduais até agosto. Salientou que deve haver uma orientação
244 nacional e que deve ser deliberado agora. **Encaminhamentos:** Encaminhar a possibilidade de

245 prorrogação até abril, desde que autorizado pelo conselho estadual e manter o prazo das
246 conferências estaduais. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda questionou se houve resposta dos
247 conselhos estaduais quanto ao calendário, visto que foi solicitado na assembleia de setembro. O Sr.
248 Diego Bezerra Alves ressaltou que apenas oito estados enviaram a data. Foi informado que alguns
249 estados notificaram que não enviaram o ofício até o momento, portanto, a quantidade de
250 conferências pode ser maior. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda propôs para a comissão
251 analisar a alteração da resolução quanto a prorrogação do prazo. O adolescente. Txai S. R. Scarponi
252 Cruz reiterou a participação dos adolescentes na Conferência Nacional, para haver intercâmbio de
253 ideias e sugeriu a participação dos adolescentes em toda a Conferência Nacional, com adolescentes
254 de mandatos anteriores e os que estão por vir. A
255 Sra. Maria Ribeiro da Conceição declarou que estão reforçando a participação dos adolescentes nas
256 conferências, informou relato de um dos estados sobre a participação de adolescente em conferência
257 e concordou com a discussão da prorrogação do prazo das conferências municipais para abril hoje.
258 Arrazoou que se sente apreensiva por não haver local da conferência no momento. O Sr. Diego
259 Bezerra Alves relembrou a participação de adolescentes com a divulgação de livro e crianças na
260 Conferência Regional do Distrito Federal. Informou que está ocorrendo as conferências de Teresina,
261 Ribeirão Preto e Rio Branco. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi ressaltou a participação dos
262 adolescentes em seminários do NECA, sendo no momento o oitavo seminário e em conferências.
263 Arrazoou que o espaço é importante para a construção de propostas e que a nota foi realizada. Ato
264 seguinte, foi iniciada a votação dos encaminhamentos da CNDCA. Foi aprovado por unanimidade a
265 prorrogação do prazo em comum acordo com o Estado. Em seguida, foram iniciados os informes do
266 CPA. Foi apresentado a homenagem do CPA a representante da Flacso que faleceu. O Sr. Diego
267 Bezerra Alves parabenizou a apresentação e ressaltou a relevância do trabalho com os adolescentes
268 da representante da Flacso que faleceu. Ato contínuo, foi notificado o informe do Ministério da
269 Saúde. O Sr. Marcus Vinicius Barbosa Peixinho se apresentou, informou que foi publicado em 23
270 de novembro a portaria nº 4.072, que dispõe sobre as ações do Programa de Proteção e Promoção
271 da Saúde Menstrual e instituir o incentivo financeiro para a oferta gratuita de absorventes e ações
272 educativas relativas à saúde menstrual do sistema único de saúde, sendo beneficiadas: estudantes
273 baixa renda matriculados no nível de ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos,
274 ensino profissional, famílias no início do programa auxílio Brasil, mulheres em situação de rua em
275 situação de vulnerabilidade social extrema no programa Previne Brasil, adolescentes internadas em

276 lugares de cumprimento de medidas socioeducativas observadas. Complementou que foi publicado
277 o guia na semana passada para orientações básicas para atenção integral e saúde mental de
278 adolescentes. Acrescentou que as duas medidas podem ser observadas no portal do Ministério da
279 Saúde. O Sr. Diego Bezerra Alves agradeceu e ressaltou a importância das medidas. Foi
280 questionado se os itens que foram informados podem ser incluídos no site do Conanda e o Sr. Diego
281 Bezerra Alves concordou. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda parabenizou a medida
282 principalmente para adolescentes de escola pública com baixa renda e questionou se o Ministério da
283 Saúde analisou sobre o coletor menstrual no momento da aquisição e se existe a destinação de
284 recursos para aquisição de preservação e vacina para HPV, sendo que o Brasil se comprometeu até
285 2030 para reduzir. O Sr. Marcus Vinicius Barbosa Peixinho respondeu que foram discutidos os
286 assuntos para os grupos que ele mencionou e que o Ministério da Justiça se comprometeu com a
287 distribuição para as mulheres no sistema prisional. Quanto as camisinhas e vacina de HPV, declarou
288 que estão distribuindo na atenção primária do sexo masculino e do sexo feminino. Quanto a vacina
289 HPV, informou que não sabe a resposta no momento e que informará posteriormente. Com a
290 palavra, a Sra. Maria Leonina Couto Cunha informou sobre o Plano e os números quanto a gravidez
291 precoce, em que houve redução da gravidez precoce conforme dados do Ministério da Saúde. A Sra.
292 Glicia Thais Salmeron de Miranda questionou sobre a redução de notificação de estupro de
293 vulneráveis no Disque 100 e foi respondido que o assunto está relacionado com dados do Ministério
294 da Saúde. A adolescente Isabela Araújo Schirrmann agradeceu porque a pauta entrou no CPA em
295 abril e foi discutido no Conanda. O Sr. Diego Bezerra Alves agradeceu. A Sra. Sidnéia Bueno
296 Marianno solicitou visualizar vídeo da campanha e que na verdade está havendo um aumento na
297 gravidez nos municípios e que deve haver um debate mais profundo, sendo necessário incluir um
298 ponto de pauta. Foi acrescentado que para evitar a gravidez precoce é necessário o fortalecimento
299 familiar, que existe o Programa Famílias Fortes da Secretaria da Família que veio do governo
300 anterior e houve bastante sucesso. **Abertura da reunião – Dia 29/11/2022 – Tarde:** O Sr. Diego
301 Bezerra Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos e em seguida foi iniciado o relato da
302 CDHAP pela Sra. Maria Ribeiro da Conceição, ocorrida em 08 de novembro de 2022. Foi
303 informado os participantes, a pauta: ofício MNDH (Instauração de Investigação pelo Comitê sobre
304 Direitos das Crianças no Brasil); minuta de Recomendação CNDH; Solicitação do CNMP, para
305 Proposta de Revisão da Resolução do Conanda nº 170 e Leitura da Manifestação sobre o PL
306 4216/2019 – Fundo para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Ato seguinte, foi

307 iniciado o relato das pautas. **Encaminhamentos:** 1. Ofício MNDH - Reforçar a solicitação do
308 número do processo junto à assessoria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
309 em conjunto com a assessoria do Ministério das Relações Exteriores para um futuro debate; 2.
310 Minuta de Recomendação CNDH – Tendo em vista que a minuta de Recomendação trazida para o
311 Conanda com a proposta de emissão de um documento conjunto já foi publicada pelo CNDH no
312 Diário Oficial, a questão deverá retornar à Mesa Diretora do Conanda, para análise e novos
313 encaminhamentos; 3. Solicitação do CNMP, para Proposta de Revisão da Resolução do Conanda nº
314 170 – Será reenviada a minuta aos conselheiros para que todos façam a leitura e estejam preparados
315 para o debate na próxima reunião da CDHAP; 4. Leitura da Manifestação sobre o PL 4216/2019 –
316 Fundo para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Fazer a leitura em Plenária do
317 parecer. Ato contínuo, a Sra. Marta Volpi leu a manifestação do Conanda sobre o PL 4216/2019. O
318 Sr. Diego Bezerra Alves ressaltou a importância de aprovar a manifestação do Conanda sobre o PL
319 4216/2019 e destacou três pontos principais: a importância de financiar o SINASE, porque não há
320 recursos suficientes e é necessário criar instrumentos para isso, sendo o Fundo um deles, a
321 necessidade de melhorar o PL e o esclarecimento do Fundo dos Direitos da Criança e do Fundo
322 Nacional sendo favorável a manifestação. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro parabenizou a
323 manifestação, citou como ponto importante da manifestação a lei 4320 de 1964 de Lei de Fundos
324 Especiais e considerou perigoso e a nota tenta solucionar é o artigo 2º, em que “*o FUNSINASE, de*
325 *natureza contábil e financeira, é um fundo público, de gestão orçamentária, financeira e contábil*
326 *autônomas em relação ao órgão a que estiver vinculado, nos termos de regulamento próprio*” e no
327 “§ 2º O Poder Executivo indicará a vinculação institucional e o órgão gestor do FUNSINASE”.
328 Informou que a nota esclarece a importância dos Conselhos e salientou a relevância da participação
329 dos Conselhos. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda parabenizou a redação, mas pontuou que
330 não será com a alocação de recursos que os gestores estaduais e municipais priorizarão no seu
331 lançamento o financiamento da situação e adolescentes que estão na privação de Liberdade.
332 Ponderou que o sistema de justiça não se conscientizou de que a lei do SINASE prevê como medida
333 a ser priorizada a medida socioeducativa em meio aberto e não a privação de Liberdade, que o
334 conselho há seis anos não funciona como deveria a Comissão Intersetorial do SINASE e que é
335 pouco discutido nos conselhos municipais a socio educação. Considerou temerário apoiar dessa
336 maneira, mas concorda com promover a audiência pública, ouvir aqueles que participaram do
337 Conanda e fizeram parte historicamente da construção coletiva da lei do SINASE, do Plano

338 nacional e da resolução. A Sra. Maria Leonina Couto Cunha parabenizou a redação, ponderou que
339 será um avanço significativo para a socio educação. Notificou sobre a criação de um GT por meio
340 de um decreto, um GT que o Conanda participa para discutir a política orçamentária da socio
341 educação. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno sugeriu evidenciar na nota que o apoio não é integral. A
342 Sra. Marta Volpi agradeceu a todos e informou que está partindo de um projeto de lei que existe e
343 está sendo proposto criar um fundo para obter recursos ao apresentar um projeto e ele se for
344 aprovado fazer uma contrapartida, sendo que a União pode encaminhar verba para o estado fazer
345 uma reforma ou pagar algumas coisas de acordo com o que for aprovado. Informou que estão
346 propondo um Fundo diferente, pois a lei do SINASE designa quais são as Fontes de financiamento
347 para o atendimento socioeducativo, sendo proposta a união das fontes de financiamento para a
348 separação do recurso e o repasse fundo a fundo para facilitar a circulação desses recursos. Arrazoou
349 que deve ser considerado em especial meio aberto e que a ideia era trazer a nota para ler e aprovar
350 ou não aprovar. Declarou que leu documentos antigos relacionados, como documento que o
351 Conanda aprovou em 2006 que tinha a ansiedade de trazer uma resposta para o adolescente a quem
352 se atribui a prática de ato infracional e que informava que o ECA menciona quais são as respostas a
353 serem fornecidas de socio educação para os adolescentes. Relatou sobre projeto básico e projeto de
354 lei que se transformou em lei do SINASE e ressaltou que é necessário analisar a melhor maneira de
355 financiar o sistema socioeducativo, pois existe a avaliação que dificilmente é realizada por causa da
356 falta de recursos e devem ser analisados os recursos. A Sra. Sidnéia Bueno Marianno concordou
357 com a questão orçamentária, mas a questão socioeducativa não envolve apenas o orçamento, sendo
358 necessário ampliar o debate. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro concordou e ponderou que
359 no FDCA existe o mesmo problema. Argumentou que o meio aberto está relacionado a assistência
360 social e o meio fechado aos diretos da criança, e o município não quer investir no meio aberto e o
361 Estado não quer investir no meio fechado, sendo necessário um debate mais amplo e que a lei é
362 relevante para esse assunto. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi se preocupou quanto ao projeto
363 novo fruto da ONU, governo federal, estado de Minas Gerais e da Caixa Econômica Federal
364 relacionado a parceria público-privada para a socio educação, sendo necessária uma consulta mais
365 ampla, e que se o fundo a fundo a fundo for uma maneira de garantir o orçamento, que seja um mal
366 menor que a privatização. Destacou a PEC 45 que surgiu no final do governo sobre a obrigação de
367 uma responsabilidade fiscal e retirou grande parte do orçamento da assistência social, sendo
368 necessário a discussão mais ampla. O Sr. Diego Bezerra Alves declarou que a preocupação quanto a

369 nova proposta de socio educação é uma preocupação de todos, sendo realizada uma apresentação no
370 dia seguinte sobre o assunto. Sugeri uma oitiva com a sociedade e declarou que não estão
371 apoiando integralmente a PL. A Sra. Marta Volpi informou que a nota será enviada ao Senado e
372 deve ser discutida e sugeriu mudar para mecanismo em vez de apoiar o Fundo. A Sra. Glicia Thais
373 Salmeron de Miranda parabenizou a redação e sugeriu suprimir o local que informa que apoia o PL,
374 que faça a narrativa como está quanto a história do SINASE e ao final colocar o que foi sugerido
375 como encaminhamento: proposta de audiência pública, de escuta dos criadores do SINASE, dos
376 técnicos. Propôs encaminhar como nota técnica. Notificou que se surpreendeu com a participação
377 do Conanda no GT informado pela Sra. Maria Leonina Couto Cunha. O Sr. Diego Bezerra Alves
378 explicou que o encaminhamento seria: encaminhar como nota técnica, informar que o Conanda é
379 favorável a criação de um mecanismo, não citando o Fundo ou PL e propor audiência pública, de
380 escuta dos criadores do SINASE, dos técnicos. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda declarou
381 que não é o momento de se demonstrar favorável a criação do mecanismo, mas que existem
382 mecanismos, não é informado sobre os egressos, que pode haver uma confusão entre a socio
383 educação e medida protetiva. A Sra. Marta Volpi sugeriu considerar que está havendo projeto de lei.
384 **Encaminhamentos:** Alterar no primeiro parágrafo *“O Conselho é favorável à ampla discussão*
385 *sobre o financiamento do Sistema Socioeducativo, mas sugere alterações ao projeto ora proposto,*
386 *para o atingimento pleno de sua finalidade”*, suprimir manifestação e colocar nota técnica, na
387 página 04, no terceiro parágrafo, em que o *“Conanda defende a proposição em fomento cabe*
388 *aprimoramento a fim de que o Fundo se propõe criar características...”*. O Sr. Adinilson Marins
389 dos Santos sugeriu inserir a porcentagem. Foi informado que na CDHAP foi discutido o assunto e
390 que seria desafiador discutir os detalhes sem os especialistas, sendo sugerido um encaminhamento
391 mais geral e que o Conanda não possui capacidade de definir detalhes orçamentários. Foi sugerido
392 convocar o parlamentar para apresentar a proposta do PL. **Encaminhamento:** convocar o autor do
393 PL para a assembleia. Iniciada a votação, os encaminhamentos foram aprovados por maioria com
394 duas abstenções. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou a participação da Sra. Lourdes,
395 que participou do Conanda. A Sra. Lourdes agradeceu a participação. O Sr. Diego Bezerra Alves
396 informou que o CNMP enviou contribuições para a alteração na resolução nº 170 visando propor
397 alterações para o seguinte e sugeriu convite a próxima reunião da CDHAP o Fórum Colegiado de
398 Conselhos Tutelares, ao CNMP para discutir o assunto, sendo que dezembro será a última
399 oportunidade para aprovar. Quanto ao ofício da MNDH considerou importante os municípios terem

400 acesso, sendo necessário compartilhar a denúncia aos conselheiros. Sobre a minuta de
401 recomendação do CNDH declarou que não visualiza condições para aprovar, sendo necessário
402 retornar na próxima reunião. A Sra. Maria Leonina Couto Cunha informou que retornará na
403 CDHAP com essa proposta. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi considerou prioritário o diálogo
404 com os conselhos tutelares. Sobre a nota pública, informou que existe uma minuta a ser apreciada e
405 arrazouou sobre grupo dos povos originários. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que o documento
406 do CNMP pode circular para os conselheiros. A Sra. Marta Volpi questionou quanto ao número do
407 processo e foi respondido que o número do processo não foi encontrado pela Assessoria
408 Internacional sendo que possivelmente não chegou ao Estado a denúncia. O Sr. Lucas Batista de
409 Carvalho Pinheiro acrescentou que o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Mulher,
410 Família e Direitos Humanos foram os primeiros a serem contatados. **Encaminhamento:** seguir
411 monitorando o assunto. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda questionou quanto ao prazo pois
412 existiram duas assembleias para ratificar e o encaminhamento em outubro seria trazer pela CDHAP
413 a deliberação, o que não foi trazido, Sugeriu como encaminhamento ratificar ou não a nota
414 publicada e não ocorrendo o caso seria a proposta de conteúdo. Ponderou que queria entender que o
415 fato de um conselho ter publicado não gera prejuízo para o Conanda ratificar o que foi publicado. O
416 Sr. Diego Bezerra Alves esclareceu que o ideal é retornar para haver um posicionamento. Foi
417 informado sobre a nota técnica da Secretaria de Trabalho e que os pontos sugeridos são divergentes
418 dos que estão na proposta de nota e que existem outras secretarias que realizaram ajustes. O Sr.
419 Diego Bezerra Alves informou que não houve reunião com participantes o suficiente na CMF e em
420 seguida foi iniciado os informes da CPA quanto aos encontros. Foi ressaltado o uso de máscaras
421 pelos adolescentes nas reuniões presenciais, informou sobre os processos de escolha dos
422 adolescentes 2023-2024, em que foi relatado três processos em andamento, com ofício
423 encaminhado a todos os conselheiros estaduais em agosto para indicação e envio dos documentos
424 até 25 de outubro de 2022, com 15 conselhos estaduais que realizaram a indicação (Alagoas,
425 Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rio de
426 Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul e Sergipe). Foi relatado que Santa
427 Catarina, Minas Gerais e Tocantins solicitaram prorrogação de prazo e que foi sugerido a indicação
428 até fevereiro. Acrescentou que o DF fez o processo de seleção local e estão encaminhando a
429 indicação para o CPA/Conanda. Notificou que 08 estados não fizeram a indicação e não solicitaram
430 prorrogação de prazo e que a secretaria executiva do Conanda encaminhou ofício solicitando

431 informações sobre o descumprimento do prazo. O adolescente. Txai S. R. Scarponi Cruz informou
432 que o DF estava com 27 adolescentes e estavam em processo de votação para verificar qual
433 adolescente participará do CPA. Em seguida, foi informado sobre a seleção pela Plataforma Virtual,
434 em que foi prorrogado o prazo para envio dos vídeos pelos 30 adolescentes selecionados na
435 primeira fase, de 04 de novembro para 16 de novembro, com o recebimento de 14 vídeos e o Grupo
436 Gestor da Plataforma Virtual se reuniu em 23 de novembro para a definição de 10 titulares e 4
437 suplentes. Foi informada a pontuação, relatado os critérios de avaliação dos vídeos, os resultados
438 dos adolescentes selecionados pela Plataforma Virtual. Foi informado relato ao visualizar os vídeos,
439 ao participar do Grupo Gestor. Foi destacado a boa experiência em participar do processo dos
440 adolescentes. Foi informado o tema dos vídeos e assuntos debatidos. Foi comunicado que será
441 encaminhado o link com os vídeos e foi discorrido sobre a seleção pelo Edital de Grupos Diversos,
442 com prorrogação de prazo até 02 de dezembro de 2022, sendo necessário a divulgação. Foi
443 comunicado sobre o encontro virtual para definir a comissão. A Sra. Glicia Thais Salmeron de
444 Miranda destacou como dificuldade para inscrição a ausência de CNPJ, pois as comunidades
445 dificilmente se credenciam, pontuou que o racismo deve ser discutido, bem como o preconceito
446 existente em várias religiões. Foi informado que o edital traz cópia de documento que comprove a
447 existência da instituição que o adolescente participa e relatório de atividades, senso que podem
448 auxiliar o processo. Foi ressaltado que o estado tem o dever de garantir que haja segurança jurídica
449 nas escolhas e que existem outras formas no edital. Foi destacado caso que existe CNPJ. Foi
450 notificado trabalhado com indígenas e que seria difícil uma tribo ter CNPJ. Foi questionado a lista
451 dos inscritos. A adolescente Isabela Araújo Schirrmann informou que as pessoas possuem o direito
452 de se expressar, que sofreu preconceito por causa de sua crença. O Sr. Lucas Batista de Carvalho
453 Pinheiro informou as instituições participantes. Foi informado que o Encontro Nacional do CPA
454 ocorrerá de 13 a 16 de dezembro, com 34 adolescentes confirmados, 11 com 18 anos ou farão 18 até
455 o dia do encontro, que os problemas foram resolvidos, as passagens foram emitidas dos
456 adolescentes e acompanhantes, os adolescentes chegarão dia 12, o encontro ocorrerá no hotel San
457 Marco, Conanda irá no San Marco dia 15 e solicitaram o dia todo. A Sra. Débora de Carvalho
458 Vigevani questionou se os documentos dos nove adolescentes inscritos estão sem problemas e foi
459 confirmado. Foi questionado a quantidade de adolescentes e foi informado 47 e nessa gestão foi
460 trabalhado com 43, pois 3 estados não realizaram sua indicação. A Sra. Glicia Thais Salmeron de
461 Miranda questionou a possibilidade dos recursos dos notebooks via PRODOC para passar a Flacso.

462 Foi informado que o assunto foi trazido e foi relatado experiência com Secretaria Nacional do Idoso
463 em que foi usado carta acordo e foi comprado tablet e que nesse caso poderia ser trabalhado com
464 essa possibilidade. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro respondeu que não observaram
465 nenhum problema, mas a direção do projeto que define o modo. Foi ressaltado que o prazo é curto,
466 mas pode ser verificado a situação. A Sra. Maria Leonina Couto Cunha lembrou que não podia
467 via PRODOC pois seria utilizado para projetos e pesquisas, o que não seria o caso. A Sra. Glicia
468 Thais Salmeron de Miranda argumentou que não poderia ser feita pesquisa sem o instrumento. Foi
469 ressaltado que a posição do diretor quanto ao assunto foi técnica. Foi reforçado que o trabalho
470 técnico foi impecável, mas que pode ser novamente verificado. O Sr. Lucas Batista de Carvalho
471 Pinheiro pontuou que pode dialogar com o diretor do projeto. **Encaminhamento:** verificar se pode
472 realizar a aquisição de *notebooks* via PRODOC. A Sra. Dayse Cesar Franco Bernardi ponderou que
473 a nota pode ser discutida referente a participação do CPA. A Sra. Gláucia Tamayo Hassler
474 ponderou que deve ser analisado com pedido de vistas a situação. Em seguida, O Sr. Diego Bezerra
475 Alves leu a manifestação do Projeto de Lei nº 6.461 de 2019 com indicativo de alterações ressaltou
476 a participação dos adolescentes no Fórum Nacional de Aprendizagem. Colocado para apreciação. O
477 Sr. Denis dos Santos Freitas informou que o posicionamento do Ministério do Trabalho foi
478 divulgado e que deve ser discutido quando a cotas. A Sra. Maria Leonina Couto Cunha informou
479 que o MMFDH tem sua nota técnica. Ato seguinte, colocado em votação, a manifestação foi
480 aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Denis dos Santos Freitas. **Abertura da reunião –**
481 **Dia 30/11/2022 – Manhã:** O Sr. Diego Bezerra Alves iniciou a reunião cumprimentando a todos,
482 informou como pontos de pauta: 1. Abertura da 309ª Assembleia do Conanda; 2. Apresentação da
483 Parceria Público Privado Socioeducativo; 3. Relatório de Vistas (Relatório da Resolução SINASE
484 (arts. 12, 18,40 e 49); 4. Intervalo Almoço. 5. Comissão de Políticas Públicas – CPP; 5.1. *Minuta da*
485 *Resolução sobre a Migração*; 6. Encaminhamentos; 7. Encerramento. Colocada em votação, a pauta
486 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi realizada a Apresentação da Parceria Público
487 Privado Socioeducativo. A Sra. Gisele Cirylo se apresentou, ponderou sobre o histórico do Conanda
488 quanto ao SINASE, que contribuiu bastante com o assunto, declarou que o assunto não é esgotado,
489 que estão a disposição para debater o assunto, pontuou que é um projeto-piloto, com potencial para
490 ser escalado em outras iniciativas e que será monitorado. O Sr. Diego Bezerra Alves destacou a
491 relevância do conselho para o debate quanto ao assunto. Depois, realizou a apresentação da Parceria
492 Público Privado Socioeducativo, o Novo Socioeducativo. Pontuou que o projeto é uma perspectiva,

493 em conjunto com outros projetos realizar a melhoria. Explicou o que é o projeto, parceiros,
494 panorama em Minas Gerais, situação dos centros socioeducativos em MG, detalhamento do projeto,
495 resumo do projeto, principais responsabilidades do parceiro privado, avanços do projeto, PPP como
496 ferramenta, PPPs na promoção de direitos, como ocorre a remuneração do ente privado. Finalizou
497 informando os links com mais detalhes do trabalho. O Sr. Diego Bezerra Alves ponderou que é um
498 tema complexo e sendo essencial a discussão. Ponderou a importância da discussão sobre o
499 financiamento para medidas socioeducativas, questionou se será preservado a garantia de direitos,
500 como será a interação educacional, pontuou o prazo de 30 anos longo e concordou com o
501 desestímulo do encarceramento. Pontuou que não existe atendimento socioeducativo adequado em
502 nenhum estado. Foi informado o parecer contrário da Coalizão pela Socioeducação, com críticas ao
503 projeto, contrários ao aumento de vagas, foi questionado o porquê a política que está vindo como
504 informe ao Conanda e não como uma política que deve ser deliberada nesse espaço e porque não
505 ocorre fiscalização da política socioeducativa desde 2018. Foi destacado que não existe
506 superlotação, que é um projeto lucrativo e que foi observado maior violência nas unidades com
507 serviços privados, conforme Relatório Nacional de Combate a Tortura. É solicitado a revogação do
508 decreto e realocação dos recursos. A Sra. Gisele Cirylo respondeu que foi realizado um parecer, que
509 foi apresentado alguns itens como a oferta da educação e a estruturação da educação, que o
510 atendimento a educação seria pelo parceiro privado com diretrizes públicas, com prazo de 30 anos
511 para a execução do contrato, com sistema de monitoramento sistemático e que ferramentas
512 contratuais podem incidir no cancelamento do contrato se prestar um serviço de baixa qualidade.
513 Arrazou que houve superlotação e que a pandemia impactou quanto ao assunto, que deve haver
514 adequação dos espaços, que as vagas são regulamentadas pelo ECA e que está falando de uma nova
515 metodologia de gestão. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro pontuou que a administração
516 pública tem apresentado mudanças como a parceria público privada, argumentou que a privatização
517 não é o mesmo que parceria público privada, sendo um dos instrumentos o contrato, e que fortalece
518 o serviço do estado. Argumentou que a própria lei nº 12594, parágrafo 4º, artigo 3º do SINASE
519 coloca que cabe ao Ministério as funções executivas de gestão e de gestão do SINASE portanto a
520 matéria entrou na pauta conforme regimento interno. Complementou que não há nenhuma inovação
521 normativa a ser apreciada que inclusive é a Secretaria nacional fez questão de colocar na pauta
522 exatamente para que o Conanda possa debater como uma instância deliberativa e fiscalizadora do
523 SINASE conforme parágrafo segundo do artigo terceiro da lei nº12594. A Sra. Glicia Thais

524 Salmeron de Miranda pontuou que embora o Conanda seja de fato órgão formulador das políticas
525 públicas, a pauta do SINASE não foi muito discutida do ponto de vista da executividade e
526 operacionalidade além de não funcionar a comissão do monitoramento, declarou que estão sendo
527 analisados os dados, existentes há vários anos, não somente a partir de 2018, que é um momento do
528 Conanda compreender o seu papel e assumir que não foi realizado o dever de casa integralmente no
529 que diz respeito ao monitoramento das medidas socioeducativas. Pontuou que o estado quer
530 transferir as pautas para o setor privado, externou sua preocupação quanto ao monitoramento e que
531 devem ser realizadas discussões. A Sra. Débora de Carvalho Vigevani agradeceu a apresentação,
532 ponderou que é um tema que exige aprofundamentos, que é difícil pensar as estratégias em meio
533 fechado se também discutiu sobre meio aberto, com uma avaliação sobre o meio aberto, além de
534 poder pensar estrategicamente os dois juntos. Pontuou sobre a necessidade de entender o porquê
535 não se consegue colocar em prática a excepcionalidade. Questionou qual a diferença entre a PPP e a
536 cogestão com as organizações da sociedade civil, quem seriam os parceiros privados, quais seriam
537 os critérios técnicos para escolha dos parceiros privados e quem faria o custeio da obra inicial.
538 Externou sua preocupação da construção dessas unidades estar atrelada a retirada das unidades e
539 questionou se o monitoramento e avaliação eles incluiriam os adolescentes de forma sigilosa. A Sra.
540 Sidnéia Bueno Marianno questionou como seriam a seleção das organizações que assumiriam,
541 como que o orçamento seria repassado para essas para essas organizações, que o esse debate da
542 privatização é semelhante ao debate da privatização dos presídios, próximo ao modelo norte-
543 americano, sendo que os Estados Unidos é o país que mais em encarcera pessoas e o Brasil é o
544 terceiro país que mais encarcera pessoas. Acrescentou que foi colocado na apresentação que
545 diminuiria o número de internação, sendo que depende do sistema judiciário, sendo que necessário
546 discutir o tema. Foi questionado quem faria o monitoramento e como seria feito. O Sr. Diego
547 Bezerra Alves sugeriu a leitura dos documentos relacionados ao assunto. O adolescente Txai S. R.
548 Scarponi Cruz ressaltou que deveria ser por meio aberto e que devem ser discutidos todos os
549 assuntos pertinentes ao socioeducativo, questionou como funcionaria a questão do PPP, como
550 funcionaria a segurança e como os adolescentes seriam ouvidos. A Sra. Gláucia Tamayo Hassler
551 parabenizou o projeto, ficou feliz por Santa Catarina e Minas Gerais fazerem parte da iniciativa
552 piloto. Ressaltou que vários municípios de Santa Catarina aderiram aos projetos da Secretaria
553 Nacional da Família com bastante êxito e que em Balneário Camboriú foi, inclusive, criada a “Casa
554 da Família”, para apoiar as famílias em todos os aspectos possíveis, com aulas de dança, pintura,

555 atividades lúdicas para crianças com deficiência, assessoria jurídica e ações de preservação da vida.
556 Declarou ser muito importante a ressocialização, e sugeriu a aplicação do programa Famílias Fortes,
557 como forma de auxiliar no fortalecimento dos vínculos familiares. Ainda, sugeriu que em caso de
558 violência por parte dos responsáveis pela instituição, por meio da PPP houvesse punição mais
559 severa, aumentando-se a multa a ser aplicada. De outro modo, como medida de aferição da
560 efetividade da ação, sugeriu que houvesse o acompanhamento de todos adolescentes posteriormente
561 a sua saída e por certo período específico. O Sr. Edvaldo Ferreira de Lima questionou qual seria o
562 financiamento e sobre as medidas em meio aberto, sendo necessário fortalecer o monitoramento e o
563 meio aberto. Foi informado sobre estudo e que existe posicionamento quanto ao não
564 encarceramento e o encarceramento seria a exceção do juiz. Foi informado que a responsabilidade é
565 do estado de garantir direitos dos adolescentes, e que o tema deve ser bastante debatido com muitos
566 dados. A Sra. Maria Leonina Couto Cunha pontuou que ninguém é a favor do encarceramento ou
567 do acolhimento institucional, que o ideal é a família, mas em alguns casos é necessário. Citou
568 experiência de acolhimento institucional com a família, que acredita que será feito o
569 acompanhamento e visualiza muitos aspectos positivos, que o processo governamental é demorado
570 e que o assunto deve ser discutido. Foi reiterado o meio aberto e que a educação privada viola a
571 constituição neste caso, que esse é um assunto deve ser debatido em várias reuniões, que deve ser
572 investido em meio aberto e que não existe nenhuma pesquisa que comprove a eficiência do meio
573 privado nesse caso. Foi pontuado que é necessário aprofundar o assunto e haver um posicionamento
574 do Conanda, além de haver maior qualificação dos servidores públicos que atuam no assunto para
575 melhorar a situação. A Sra. Magali Régis Franz ponderou que a discussão não será esgotada hoje,
576 sendo necessário fazer constantemente, que o grande desafio enquanto sociedade civil e membros
577 do estado é estabelecer ações de monitoramento efetivas que possam congrega todo o sistema de
578 garantia de direitos, não olhando de forma unilateral porque o investimento deve ser criado, que é
579 necessário ter um monitoramento eficaz para tratar das causas que levaram a essa medida e que a
580 partir delas se possa fortalecer as políticas públicas de prevenção. A Sra. Gisele Cirylo declarou que
581 questões técnicas serão respondidas pela equipe técnica, que a área privada não resolverá todos os
582 problemas, mas que auxiliará, como um incremento ao setor público, que foi discutido outros
583 mecanismos para o fortalecimento da gestão do sistema socioeducativo inclusive sobretudo nos
584 equipamentos de gestão direta, que existem diagnósticos para identificar os desafios, que são
585 analisadas as possibilidades em meio fechado e aberto, que o atendimento e a prestação de

586 atividades de educação se estruturam pelo parceiro privado mas essas atividades se organizam a
587 partir das diretrizes e normativas públicas e solicitou aos conselhos analisarem de maneira mais
588 profunda o projeto. Foi esclarecido que para um contrato de gestão com uma organização social não
589 precisa de um planejamento muito longo por parte do poder público o próprio e pode fazer contratos
590 de gestão com certa facilidade sem grandes procedimentos e é necessário fazer uma seleção pela
591 organização social que cumpre os requisitos. Quanto a parceria pública privada, a própria legislação
592 federal e os próprios estados que são beneficiários do projeto exigem diversos planejamentos no
593 projeto, exige a mobilização diversos atores como a consulta pública. Informou que dia 7 de
594 dezembro haverá audiência pública. Arrazoou que em um contrato de gestão não existe espaço para
595 qualquer tipo de investimento, sendo feito diretamente pelo estado que tem todos os seus limites
596 legais para fazer contratações. Na PPP é possível inclusive ter investimentos no momento inicial e
597 ao longo da sua própria execução do contrato, que é mais fácil manter a estrutura com relação à
598 pessoal, que no PPP tem a presença de agentes socio educadores do estado e de agentes educadores
599 do parceiro privado, que o controle é feito por meio de prestação de contas é a posteriori e qualquer
600 tipo de irregularidade exige um procedimento administrativo próprio. Tanto na cogestão quanto na
601 parceria público privada o privado realizará a contratação de serviços e acessórios. Foi informado
602 pela Sra. Isadora que o valor provém de série de estudos feitos exaustivamente e de forma que
603 entendesse o custo de todos os serviços à para serem prestados, ressaltando que o valor será pago
604 uma vez que os centros estiverem prontos e funcionando, não sendo um valor fixo porque é um
605 valor técnico verificando que pode ser reduzido. Foi ressaltado que a OS fornece contas. Foi
606 pontuado que é entendido que é um contrato a longo prazo e que deve ser analisado e está sendo
607 entregue a análise de impacto da política pública. Foi informado sobre a pesquisa de satisfação com
608 os adolescentes e assembleia com os adolescentes. Foi questionado quem entregaria o formulário.
609 Foi esclarecido que a equipe aplicará e que o estado realizará o formulário. Foi esclarecido que
610 Minas Gerais possuem seu método das assembleias. Foi sugerido ler o caderno de encargos. O Sr.
611 Diego Bezerra Alves agradeceu e incentivou a ler os materiais e enviar até o dia 14 as contribuições
612 por escrito e dia 07 de dezembro em Minas Gerais. Propôs a leitura do relatório de vistas. A Sra.
613 Gláucia Tamayo Hassler realizou a leitura do relatório de vistas. **Encaminhamento:** Uma resolução
614 com um número, revogar a outra resolução. Foi ressaltado que quanto ao ato institucional e que o
615 envio a ConJur foi superada. Em seguida, foi colocado em votação a proposta 01, sete conselheiros
616 foram favoráveis. Foi iniciada a votação pela proposta 02 e nove conselheiros votaram favoráveis.

617 Foi aprovada por maioria a proposta 02. Foi esclarecido que está sendo montado o processo sem os
618 artigos. Foi informado que a Resolução nº 225 será revogada. **Abertura da reunião – Dia**
619 **30/11/2022 – Tarde:** O Sr. Diego Bezerra Alves começou a reunião cumprimentando a todos. Com
620 a palavra, a Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda informou que houve problema quanto a
621 legislação, que como a resolução foi realizada no Conanda, foi entendido como resolução do
622 Conanda, o que não impede que outros órgãos possam ratificar a resolução. O Sr. Diego Bezerra
623 Alves iniciou a leitura de resolução conjunta. Foi ressaltada a importância da reavaliação dessa
624 questão e foi questionado quem seria o órgão regulatório no artigo nº 10. A Sra. Glicia Thais
625 Salmeron de Miranda informou que quem realiza é a Polícia Federal. Foi ressaltado que os policiais
626 precisam de melhor capacitação e que deveria ser retirado a “*regularização migratória*” no Capítulo
627 V e no parágrafo segundo e nas outras citações. Foi sugerido permanecer no artigo nº 12 a
628 expressão (ANEXO). Foi incluído o parágrafo quarto. Foi sugerido incluir SIPA CT no parágrafo
629 segundo. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda declarou que em último caso o Conselho Tutelar
630 pode verificar a situação e que a forma de manter as informações atualizadas e que todos podem
631 contribuir com o sistema. O Sr. Diego Bezerra Alves pontuou que é possível suprimir o parágrafo
632 segundo. Foi destacado que outras autoridades não permite o acesso ao SIPIA e que existe a
633 proposta do sistema unificado. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro lembrou histórico do
634 SIPIA. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda propôs “*a autoridade de fronteira deverá enviar*
635 *as informações não individualizadas de regularização migratória aos seguintes atores do Sistema*
636 *de Garantia de Direitos*”. A Sra. Maria Leonina Couto Cunha ressaltou a importância das políticas
637 públicas e sugeriu sobre garantir as informações as informações. Foi concordado. O Sr. Adinilson
638 Marins dos Santos sugeriu alterar para disponibilizar informações. Foi sugerido colocar o Conselho
639 Tutelar. Foi sugerido no parágrafo único artigo colocar intérprete ou mediador cultural e
640 antropólogo. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda ressaltou sobre colocar o antropólogo e que
641 não pode ser facilitado. O Artigo 17 foi colocado abaixo do artigo 9. Foi ressaltado sobre caso
642 específico para a coleta de dados. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda salientou que seria
643 sobre crianças desacompanhadas e lembrou sobre discussão sobre sequestro de crianças. Foi
644 destacado que quando as crianças viajam sozinhas precisam de autorização dos pais. O Sr. Diego
645 Bezerra Alves pontuou que o artigo 10 está sobrando. A Sra. Maria Leonina Couto Cunha pontuou
646 que o artigo é necessário em caso de desaparecimento. O Sr. Diego Bezerra Alves sugeriu a
647 discussão do artigo 10 com a DPU e retirar, pois, está repetitivo. A Sra. Glicia Thais Salmeron de

648 Miranda declarou que existe regulamentação do assunto no país. Foi questionado sobre o papel do
649 antropólogo e a Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda explicou a função do antropólogo. Foi
650 questionado se pode omitir o mediador cultural e foi esclarecido que deve haver os dois. Foi
651 questionado quanto a operacionalização dos idiomas. Foi esclarecido que o Ministério verificará a
652 situação. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda pontuou que a regulamentação é utilizada para
653 garantir os direitos e a possibilidade deverá ser resolvida pelo Estado de acordo com a resolução.
654 Foi questionado quem decidirá os idiomas. Foi esclarecido que a autoridade competente que
655 executa as ações, que a resolução são instrumentos normativos. O Sr. Diego Bezerra Alves leu o
656 formulário para análise de proteção. Foi alterado pela Resolução do Conanda. A Sra. Glicia Thais
657 Salmeron de Miranda esclareceu que o formulário existe. Foi destacado quanto a taxa de residência
658 e através da DPU foi obtida a isenção de taxa para imigrantes de baixa renda. Foi proposto o
659 Conanda fazer parcerias com instituições para fazer melhorias na qualidade de vida dos
660 adolescentes e garantia de conhecer o idioma no país em que estão. **Encaminhamento:** Foi
661 aprovada a resolução com as alterações por unanimidade. O Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro
662 agradeceu. A Sra. Glicia Thais Salmeron de Miranda agradeceu a contribuição de todos. Foi
663 salientado a importância do sistema de garantia de direitos. Foi sugerido incluir na pauta sobre PL
664 sobre violência. Foi lido Nota de Repúdio sobre marca de moda e aprovado. Foi lido nota de pesar
665 sobre desembargador. O Sr. Diego Bezerra Alves informou que poderá ocorrer a antecipação da
666 próxima reunião do dia 12 para 09. Foi informado os turnos das comissões. O Sr. Adinilson Marins
667 dos Santos informou que não poderá participar da próxima reunião pois sairá do Conanda e
668 agradeceu a todos. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, o Sr. Diego Bezerra Alves deu por
669 encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.